



## **BRASIL, ARGENTINA E A INTEGRAÇÃO NO MERCOSUL: TRAJETÓRIAS E PROJEÇÕES SUBNACIONAIS EM MEIO À RELAÇÃO DOMÉSTICO-INTERNACIONAL**

**Cairo Gabriel Borges Junqueira**

**Doutorando em Relações Internacionais – PPGSTD (UNESP, UNICAMP e PUC-SP)**

**Professor de Relações Internacionais – UNAERP**

**Bolsista CAPES**

**E-mail: cairojunqueira@gmail.com**

### **Resumo**

O artigo parte de um duplo objetivo de pesquisa. Primeiro, busca-se explicar por meio de revisão bibliográfica e exame teórico-conceitual a constante interação entre os níveis de análise (internacional, regional, nacional, subnacional e doméstico), doravante denominada de relação doméstico-internacional, enfatizando-se a América do Sul e os papéis desempenhados por Brasil e Argentina. Em segundo lugar procura-se trabalhar a perspectiva de uma cronologia temporal (1980-2016) com vistas a organizar um quadro analítico que coadune os níveis expostos. Conclui-se que as atuais projeções internacionais subnacionais brasileiras e argentinas encontram-se em um período de reticências e dúvidas em virtude de um futuro incerto nos demais níveis de análise, ressaltando-se as mudanças políticas nacionais dos dois países e a conjuntura da integração no Mercado Comum do Sul (Mercosul)

Palavras-chave: Brasil, Argentina, Mercosul, Níveis de Análise, Atores Subnacionais

### **Abstract**

The article has a dual purpose. First, seeks to explain through literature review and theoretical-conceptual investigation the constant interaction between the levels of analysis (international, regional, national, subnational and domestic), henceforth referred to as domestic-international relationship, emphasizing South America and the roles played by Brazil and Argentina. Secondly, tries to sketch the perspective of a temporal chronology (1980-2016) with a view to organize an analytical framework that comprehends the levels mentioned. It is concluded that the current international projections of brazilian and argentinean subnational actors are in a period of reluctance and doubt due to an uncertain future in other levels of analysis, emphasizing the two countries national political changes and the integration conjuncture in the Southern Common Market (Mercosur)

Key-words: Brazil, Argentina, Mercosur, Levels of Analysis, Subnational Actors

### **Introdução**

“A mudança é uma qualidade profunda da política externa” (HERMANN, 1990, p. 3, tradução própria). A novidade derivada dessa citação reside na questão de saber de onde provém ou quais são os fatores e as influências que geram modificações na política externa. Citado por Vigevani e Cepaluni (2007), o próprio Hermann (1990) afirma que “[...] a maior parte das mudanças na política externa resulta da percepção por parte dos líderes governamentais de algumas mudanças ou iniciativas no cenário internacional (HERMANN, 1990, p. 12 apud VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 314).



Tem-se, então, que a política externa, caracterizada no presente artigo como circundante ao âmbito estatal ou federal, sendo, portanto, matéria de nível nacional, é influenciada tanto pelo aspecto interno, quanto pela exterioridade ou nível internacional.

Hermann (1990) enfatiza que as mudanças na política externa podem ser enquadradas em um *continuum* que vai desde pequenos ajustes, passando por modificações de objetivos e de programas, até alterações fundamentais no comportamento internacional dos países. Esses graus de mudanças são examinados buscando identificar suas origens, agrupadas em quatro fatores [fontes]: **(1º) líderes; (2º) burocratas; (3º) reestruturação doméstica; e (4º) choques externos.** (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 277, grifo próprio)

Nesse aspecto, o nível subnacional também merece destaque. Similarmente ao doméstico, tal nível também se encontra internamente ao Estado e representa os chamados atores subnacionais: cidades, estados federados, províncias, departamentos e quaisquer outros entes políticos restritos ao crivo jurídico dos Estados. A inserção internacional de tais atores vem sendo constantemente explorada e na área acadêmica de Relações Internacionais é comumente descrita como Paradiplomacia. Nos dizeres de Oddone e Vásquez (2015, p. 90, tradução própria), a “Paradiplomacia pode ser entendida como um tipo de democratização da política externa desde que identifique as necessidades e os interesses nos diferentes níveis internos aos Estados”. O quadro abaixo resume o que caracteriza e quais são os cinco níveis de análise contemplados no presente estudo:

**Quadro 1 – Os níveis de análise das Relações Internacionais**

Nível de Análise	Descrição/Abrangência
Internacional	Fatores sistêmicos referentes à posição dos Estados na hierarquia de poder internacional ou às suas relações de interdependência (AMORIM NETO, 2011). Fenômenos, acontecimentos e marcos históricos importantes para as relações estatais.
Regional	Grupo de países pertencentes a uma região geográfica. Conformam a integração regional entendida como o processo de estabelecimento de regras comuns, regulamentos e políticas para determinada região (MATTLI, 1999) e compreende os blocos regionais.
Nacional	Figura do Estado-nação, o qual compreende território, população, governo e uso legítimo da força. Por excelência, representa o nível de competência da política externa, que é uma política pública e tem como traço característico a implementação fora das fronteiras estatais (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013).
Subnacional	Nível interno ao Estado também denominado de “subestatal” ou “infranacional”. Representa atores governamentais/públicos cujas diretrizes jurídicas estão atreladas e dependem dos países hospedeiros. Os chamados atores subnacionais são “Partes constituintes dos estados nacionais atuando na esfera internacional ou interagindo com temas de dimensão internacional” (BUENO, 2010, p. 345) a exemplo das cidades, dos estados federados e das províncias.
Doméstico	Nível interno ao Estado também conhecido como “individual” ou “local”. Abrange poderes executivo e legislativo, burocracias, grupos de interesse, elites, partidos políticos (MILNER, 1998) e comunidades epistêmicas. Considerado como instância que gera alterações ou serve como fonte de mudanças em matéria de política externa (LIMA, 1994).

Fonte: Elaboração própria



Com base no exposto acima e no pressuposto de que todos os níveis se interrelacionam, o artigo parte de um duplo objetivo de pesquisa. Primeiro, busca-se explicar por meio de revisão bibliográfica a constante interação entre os cinco níveis de análise que será denominada daqui em diante de relação doméstico-internacional. Em segundo lugar procura-se trabalhar a perspectiva de uma cronologia temporal com vistas a organizar um quadro que coadune os níveis internacional, regional, nacional e interno.

Como se trata da tentativa de se esboçar uma cronologia, temporalmente o artigo inicia-se na década de 1980, por ser considerado um período de extensa mudança de trajetória nos níveis aqui retratados. E finaliza-se na década de 2010, procurando pontuar questões contemporâneas que influenciam as projeções de atuação dos atores subnacionais frente a variações na relação doméstico-internacional.

Na primeira parte do artigo encontra-se a perspectiva teórico-conceitual que pode ser denominada liberal em contrapartida a uma visão mais clássico-realista das Relações Internacionais, evidenciada por produções acadêmicas importantes como as de Milner (1998), Putnam (1988) e Moravcsik (1993). Já na segunda parte concentra-se a cronologia, propriamente dita, perpassando a seara internacional, a integração mercosulina, as relações exteriores argentino-brasileiras e seus consequentes atores subnacionais e domésticos.

Conclui-se, esboçando um quadro cronológico incluindo os níveis de análise, que a trajetória de décadas anteriores, mormente 1990 e 2000, foi mais propositiva ao aumento da projeção subnacional no cenário externo. A atual década de 2010 gera reticências quanto ao aumento da participação e da efetivação de iniciativas de estados e municípios brasileiros e províncias e municípios argentinos como consequência de um cenário de dúvidas em relação principalmente à desaceleração econômica mundial e ao futuro incerto da integração no Mercado Comum do Sul (Mercosul) em meio ao chamado “novo ciclo político da América do Sul” marcado por crises e guinadas políticas mais à direita se comparado à chegada ao poder de governos de esquerda na década anterior conhecida como “Onda Rosa” (MENEZES; MARIANO, 2016).

### **Uma perspectiva teórico-conceitual para a relação doméstico-internacional**

Cumprir reafirmar, por critérios de ratificação, que a palavra “liberal” aqui se opõe em partes as de cunho “clássico” ou “realista”, as quais se apóiam na centralidade de análise estatal. Para esta última visão, o Estado aparece como coeso, unitário e único sujeito internacional, perspectivas que vão de encontro ao objeto aqui estudado.



Em relação a esse debate, Lima (1994) apresenta em seu artigo três paradigmas de política externa: clássico, com foco no Estado unitário e nos seus interesses; político-social, sendo a política fruto das atividades dos grupos de interesse e das forças sociais; e interativo, reservando a política externa ao Estado, mas também incluindo a importância de atores domésticos. Logo, um paradigma de política externa exitoso deve levar em consideração o contexto externo e o respaldo político interno (LIMA, 1994).

De modo complementar, Cason e Power (2009) explicam existirem três fontes da política externa: 1ª) no nível internacional (mudanças sistêmicas); 2ª) no nível nacional (grupos de interesse); 3ª) no nível individual (líderes e políticos). Por exemplo, afirmam que o fim da bipolaridade, a redemocratização em 1985 e a chegada à presidência no Brasil dos governantes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) modificaram os rumos da política externa do país.

Os autores sinalizam três níveis de análise como modos de explicação da atuação da política exterior de um Estado, dando maior ênfase à relação doméstico-internacional. Nesse ínterim, a participação de novos atores na política externa pode gerar um “efeito bola de neve”, porque se mais atores participam nos debates políticos, outros desejarão fazer o mesmo com o intuito de obter bons dividendos (CASON; POWER, 2009, p. 136).

Retomando a análise de Hermann (1990), em sua visão sobre as mudanças na política externa, o autor afirma que o sistema internacional contribui para a averiguação da relação “*continuum*-mudança” no nível nacional. Na política externa contemporânea, mesmo em Estados mais centralizados, suas mudanças tendem a ser conduzidas por indivíduos dentro de organizações, a exemplo dos ministros que representam instâncias domésticas. Existem outros estudos, como o de Etheredge (1985 apud HERMANN, 1990) afirmando que a estrutura das organizações pode restringir mudanças na política externa, propriamente dita. Assim, de crucial em sua obra conclui-se que a relação doméstico-internacional é necessária para se compreender transformações na política interior e exterior aos países.

De mais proeminente para o presente trabalho é a abordagem que Amorim Neto (2011) realiza a respeito das diferenças das teorias neorrealistas e liberais de cunho sistêmico nas Relações Internacionais. Citando Moravcsik (1993), afirma-se que a teoria liberal oferece uma visão “de baixo para cima” da política internacional em contraposição à visão “de cima para baixo” dos neorrealistas. Ademais, aponta três aspectos-chave da teoria liberal: primado dos atores sociais; interação entre os atores; e interdependência decisória, pois “[...] para a teoria, liberal, a política externa de um país é determinada por preferências domésticas e ‘estrangeiras’” (AMORIM NETO, 2011, p. 24).



No chamado Intergovernamentalismo Liberal de Moravcsik (1993), embora o Estado continue sendo o tomador central das decisões, sua permeabilização é crucial para se entender a importância da relação doméstico-internacional. O próprio autor cita outro importante estudo para o nexos existente entre política interna e externa, qual seja o artigo de Putnam (1988) a respeito do “jogo de dois níveis”, do original *two-level games*. “O enfoque do ‘jogo de dois níveis’ reconhece que as políticas domésticas podem ser usadas para afetar os resultados da barganha internacional e os movimentos internacionais podem unicamente visar o alcance de objetivos domésticos” (MORAVCSIK, 1993, p. 17, tradução própria).

Sua proposição fundamental [a de Putnam] afirma que, em negociações diplomáticas, os chefes de governo, sejam eles reis, ditadores, presidentes ou primeiros-ministros, só fecham acordos após dosarem pressões domésticas e internacionais. Além disso, na análise de Putnam, as preferências pessoais dos líderes são também um fator importante nas negociações. Trata-se de um modelo de análise, por assim dizer, altamente plástico e politizado, precisamente o contrário do neorealismo, com sua rigidez estruturalista (AMORIM NETO, 2011, p. 32)

Milner (1998) afirma em seu artigo que o principal problema dos teóricos realistas sistêmicos encontra-se na designação dos Estados enquanto unidades coesas. A autora pontua três caminhos que as Relações Internacionais deveriam seguir para fomentar análises políticas futuras, quais sejam: incluir as políticas domésticas nas análises teóricas; compreender a importância das instituições e das preferências na formulação dos interesses nacionais; e utilizar progressivamente a análise comparativa na relação doméstico-internacional.

O ponto de maior destaque de Milner (1998) encontra-se no momento em que a autora cita a referência de Rosenau, pois menciona o nível subnacional em suas ponderações: “Sabe-se que os atores subnacionais exercem influência na política externa, mas é uma influência difícil de ser traçada empiricamente e poucos casos que o fazem estão disponíveis” (ROSENAU, 1977, p. 319 apud MILNER, 1998, p. 765, tradução própria).

Baseado nessa reflexão que também se preza o presente artigo em incluir o nível de análise subnacional dentro da relação doméstico-internacional. A inclusão da apreciação do nível subnacional é frutífera a esse debate teórico e, para tanto, ratifica-se sua importância para os argumentos aqui retratados.

Segundo Soldatos (1990), criador do termo “Paradiplomacia” referindo-se à abreviação de “diplomacia paralela”, cujo significado minimalista representa a inserção internacional dos atores subnacionais, a atividade de tais entes acaba por minar a noção de uma política externa como atributo essencial do Estado soberano. O autor avulta ser a Paradiplomacia um processo de racionalização das



políticas externas estatais na medida em que um determinado governo central pode aceitar o papel desempenhado pelos atores subnacionais como complementaridade de sua ação internacional.

Como salienta Michael Keating (2004):

O declínio da capacidade estatal em controlar seus territórios é um importante fator de todo esse processo, bem como a deterioração da relação de intercâmbio segundo a qual os Estados ofereciam proteção frente ao mercado e condições benéficas de investimentos em troca de lealdade a esse mesmo Estado (nos Estados multinacionais) ou de apoio ao governo no poder [...] **os dirigentes públicos e políticos devem cada vez mais representar distintos papéis segundos diferentes contextos, também contam com maior capacidade para atravessar a velha fronteira entre o estatal e o internacional.** (KEATING, 2004, p. 53, 71/72, tradução e grifo próprios)

Essas afirmações não preconizam a ideia de que se vivencia a Era do fim do Estado-nação, muito pelo contrário. São a reestruturação, descentralização e reorganização interna do Estado que abrem margem de manobra para a atuação externa dos atores subnacionais e não a mal fundada concepção de seu fenecimento. Atualmente a diplomacia está em transformação como consequência de um Sistema Internacional também cambiante no qual outros atores, incluindo os subnacionais, buscam espaços de ação (CORNAGO PRIETO, 2010).

Por fim, Cornago Prieto (2010) afirma que há grandes transformações funcionais na internacionalização subnacional. Segundo o pesquisador, existe uma nova dinâmica nas relações internacionais que afeta diretamente as subnacionalidades, fazendo com que as mesmas tenham maior ímpeto de se internacionalizarem. Os blocos regionais, por exemplo, descentralizam as decisões dos Estados e abrem espaço de manobra aos atores subnacionais. Além das características funcionais, existem outras simbólicas que dão peso à Paradiplomacia, nomeadas pelo autor de “identidade coletiva”. Algo similar ao “efeito bola de neve” apresentado nas ideias de Cason e Power (2009), ou seja, quanto mais atores participam do jogo político, outros desejam fazer o mesmo.

### **Explanando os níveis de análise: Mercosul, Brasil e Argentina**

Procura-se na presente seção trabalhar a perspectiva de uma cronologia temporal das últimas três décadas com vistas a organizar um quadro que coadunará variáveis internacionais/sistêmicas, regionais, nacionais e internas (subnacional e doméstica) tendo como universo espacial a integração no Mercosul e a participação de seus dois principais países: Brasil e Argentina. Cada subdivisão se focará, mas não exclusivamente, em determinado nível de análise, o qual abrange o universo temporal delimitado entre as décadas de 1980 e 2010.



### ***O nível internacional***

O acontecimento de maior notoriedade na década de 1980 que reformulou o ordenamento de poder internacional foi a Queda do Muro de Berlim em 1989. Até então, nas palavras de Saraiva (2012), os anos oitenta apresentavam uma forte retomada do bipolarismo e o esvaziamento dos fóruns multilaterais. Em 1991, com a derrocada formal da União Soviética (URSS), a ordem pós-guerra entrou em vigor fomentando processos como a descentralização do Estado, a intensificação da Globalização e a emergência de novos atores no Sistema Internacional. Em comunhão a esses atores, novos temas ganharam proeminência na década de 1990: direitos humanos, migração, tecnologia, políticas públicas, cultura e meio-ambiente passaram a fazer parte do cotidiano das organizações em um mundo multipolar.

Para Christensen (2013), a década de 1990 representou a hegemonia dos Estados Unidos (EUA), o avanço da democracia e do livre mercado e o lançamento de iniciativas como a extinta Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). De fato, a influência do Consenso de Washington (1989) foi sentida diretamente tanto pela Argentina quanto pelo Brasil, pois os dois países carregam um longo histórico de relações com os estadunidenses (ARBILLA, 2000).

Se a década de 1990 representou uma relativa hegemonia dos EUA, os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 em meio ao governo do ex-presidente George W. Bush reforçaram o unilateralismo estadunidense. Argentina e Brasil, cada um à sua maneira, procuraram dinamizar suas políticas exteriores, cujo desdobramento mais significativo foi o fim da ALCA em 2005. Os argentinos buscaram multilateralizar a agenda de segurança e priorizar o âmbito regional, enquanto no caso brasileiro houve a manutenção das diretrizes da década anterior.

De mais proeminente nos anos 2000 em matéria internacional podem-se destacar o declínio das economias do ocidente, a grande crise econômica ocorrida em 2008 e o surgimento dos BRICS, organização composta por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (CHRISTENSEN, 2013). Ademais, o surgimento do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) e do G20 Comercial em 2003 foram retratos de uma década marcada pela projeção internacional dos países considerados “em desenvolvimento” e pelo aumento das relações mútuas de diálogo Sul-Sul (PECEQUILO; CARMO, 2015).

Os anos 2000 representaram um período de consolidação dos reflexos da globalização não somente econômica, como também política através do estabelecimento de novos fóruns e grupos de países, e de maior harmonia e intensificação de relações regionais, as quais também foram presenciadas na América do Sul.



### ***O nível regional***

Segundo Pecequillo e Carmo (2015), a década de 1970 colocou a “sul-americanização” nas agendas externas de Brasil e Argentina, contribuindo assim para as iniciativas de caráter regional. Ainda em 1979, o Acordo Tripartite entre Brasil, Argentina e Paraguai representou a maior marca do abandono do antagonismo entre os países, propiciando a inclusão de novos temas na agenda destes como cooperação tecnológica e investimentos (HIRST, 1991). Posteriormente, na década de 1980, um expressivo aumento das dívidas exteriores de alguns países sul-americanos, dentre eles a Argentina e o Brasil (SPEKTOR, 2002 apud SARAIVA, 2012), promoveu maior intercâmbio econômico e cooperação entre ambos.

Em 1989, os dois países assinaram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, cujo objetivo era estabelecer uma zona de livre comércio na região no prazo máximo de dez anos. Tal instância foi reflexo do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) estabelecido em 1986. De acordo com Hirst (1991), o maior mérito do programa foi ter gerado nos governos a noção de que a integração só seria fomentada com a inclusão de outros Estados da região a exemplo do Uruguai e Paraguai.

Destarte, por meio do Tratado de Assunção foi criado o Mercosul em 1991, instância que promoveu um novo estímulo para a integração sub-regional. Com base no chamado “Regionalismo Aberto”, o qual fora marcado por uma economia de mercado mais aberta, articulação entre países para construir uma economia de escala e defesa de regimes democráticos ocidentais (SARAIVA, 2012), a década de 1990 viu emergir o “Mercosul Competitivo/Comercial”, momento em que as relações comerciais na sub-região cresceram vertiginosamente havendo uma institucionalidade mínima do bloco.

Segundo Vásquez e Briceño Ruiz (2009), com a crise do Real no Brasil a partir de 1999 e a crise argentina em 2001, o Mercosul passou por um processo de retrocesso. Isso fez com que a década de 2000 demonstrasse um período de reestruturação e de lançamento de novas iniciativas regionais na América do Sul. O “Mercosul Competitivo” deu lugar ao “Mercosul Solidário” marcado por políticas para a integração produtiva, inclusão social e participação cidadã. Com uma agenda positiva e o estabelecimento de uma “agenda não econômica” (VAZ; FIGUEIRA, 2006), o Mercosul entrou no estágio do “Regionalismo Pós-Liberal” sustentado no deslocamento dos temas de liberalização e desregulação comercial para uma agenda notadamente política com protagonismo dos Estados (SERBIN, 2010).

Como apontam Gratius e Saraiva (2013), a emergência de governos de esquerda na região trouxe a ideia de incluir países emergentes como iniciativa para balancear os grandes interesses das potências ocidentais. A articulação, em 2004, da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) que em 2008





transformou-se em União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a formação da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) em 2004 retrataram, respectivamente, a tentativa de se aprofundar a sul-americanização da integração e romper com a ALCA e os tratados de livre-comércio.

Em termos de Cone sul nos anos 2000, pode-se afirmar que “A ampliação do processo de integração ao resto da região se desenvolveu de forma dinâmica e, em grande medida, graças ao impulso da Argentina e do Brasil” (VÁSQUEZ; BRICEÑO RUIZ, 2009, p. 37). O Brasil incorporou o *soft revisionism* em sua política externa (LIMA, 2010 apud GRATIUS; SARAIVA 2013, p. 02) promovendo maior ativismo em relação aos seus vizinhos enquanto a Argentina também buscou priorizar o âmbito regional e vincular seu modelo econômico com a inserção externa do país.

Observa-se, assim, relativo *continuum* em termos de aproximação bilateral entre Brasil e Argentina em prol da integração regional, mesmo cada um deles possuindo diferentes interesses no seu desenrolar. De mais notório é interessante destacar a mudança de ótica na integração das décadas de 1990 e 2000, possuindo visões divergentes entre preceitos mais liberais e de mercado e outros notadamente não-hegemônicos. Através da amplificação da agenda mercosulina e do desenvolvimento da UNASUL e da ALBA, foram anos de se pensar concretamente o que seria o “Regionalismo Pós-Hegemônico” (RIGGIROZZI, 2012, p. 146) para a América Latina, caracterizado por um período em que os processos regionais simbolizam a manifestação visível de uma repolitização na região.

Cumprе salientar que existem uma linha tênue e um desafio na integração sul-americana e no Mercosul entre a tentativa de pluralizar tal integração em meio à manutenção de ordenamentos intergovernamentais. A criação do Parlamento do Mercosul (Parlasul), a origem do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), bem como a fundação do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR) representaram a institucionalização de novos temas e atores no interior do bloco ao longo dos anos 2000. Todavia, nas palavras de Serbin (2010), na região ainda existe um tipo de regionalismo distinto bem caracterizado pela reafirmação do Estado segundo o modelo soberano de Westfália e a ausência da tentativa de se criar blocos supranacionais.

### ***O nível nacional***

Durante os governos autoritários que vigoraram no Brasil e na Argentina até 1985 e 1983, em respectivo, não houve avanço em matéria de integração, pois não havia ligação recíproca entre os ditadores e a sociedade civil em matéria de política interna. Assim, o diálogo estabelecido entre Sarney e



Alfonsín e firmado na Declaração de Iguazu (1985), marco inicial da consolidação de maior integração no Cone Sul, assumiu maior significação histórica em virtude da redemocratização.

Em plena década de 1980 o governo brasileiro presenciou crises, altas inflações e déficits comerciais (CHRISTENSEN, 2013), algo que não fugiu à regra por parte do governo argentino também marcado sobremaneira por crises hiperinflacionárias. Logo, o intuito desses países foi dinamizar a cooperação bilateral nas áreas comerciais e nucleares e fazer com que suas políticas externas servissem de meio para suas promoções nas relações internacionais.

Carlos Menem, na Argentina, inaugurou um período de política externa recente no país em 1989, colocando no centro de sua agenda as relações amistosas com os EUA (PECEQUILO; CARMO, 2015), algo que foi seguido, em suas devidas proporções, no Brasil por Fernando Collor de Mello em 1990, cujas diretrizes neoliberais inauguraram um momento de descontinuidade na política externa brasileira, conforme sustenta Lima (1994). O abandono ao desenvolvimentismo foi observado em ambos os casos, mas a presidência de Fernando Henrique Cardoso, através da “autonomia pela participação” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 283) mostrou-se mais assertiva no sentido de expor o posicionamento e os interesses brasileiros frente aos estadunidenses.

Nos anos 1990, sustentando-se nas conclusões de Arbilla (2000), Brasil e Argentina possuíam quadros conceituais de inserção externa diferentes. Para o primeiro, a hipótese de que a preservação dos espaços de autonomia maximizava a obtenção de empréstimos, investimentos e tecnologias necessários ao desenvolvimento era a ideia predominante. Já para a segunda, a adesão das ideias e instituições propostas pelo “primeiro mundo” era condição prévia para seu lançamento internacional.

De maneira muito sintetizada, poderíamos assinalar que essas diferenças se centraram em cinco grandes núcleos: 1 – as interpretações sobre a “ordem mundial emergente ou em transição” e sobre a “globalização”; 2 – o papel a que cada um destes países aspirava nestes contextos; 3 – os paradigmas dominantes sobre política externa; 4 – as relações com os Estados Unidos; 5 – as políticas de segurança. (BERNAL-MEZA, 1999, p. 44)

Tais divergências eram visíveis no Mercosul, entretanto a integração comercial caminhou consideravelmente, pois até 1999, para o Brasil, o bloco era instrumento de sua estratégia global, a exemplo do argumento de Saraiva (2012, p. 116):

[...] apesar dos limites do projeto brasileiro em relação bloco (sic), o eixo Brasil-Argentina seguiu ocupando um lugar prioritário na política externa brasileira para a região, e a integração com os outros países do continente colocou-se como um movimento a ser feito de forma complementar, partindo do Mercosul como núcleo central (SARAIVA, 2012, p. 116)



Apenas como consequência da desvalorização do Real em 1999 e a forte crise argentina em 2001, a primeira década do século XX representou períodos de mudanças nos níveis nacionais argentino e brasileiro. Por sua vez, a Argentina adotou algumas estratégias depois de 2001, sejam elas: multilateralizar a agenda de segurança, priorizar o âmbito regional através da recusa à ALCA, vincular o modelo econômico com a inserção externa do país, desendividar-se através da diminuição da relação da dívida externa com o Produto Interno Bruto (PIB) e defender a soberania das Ilhas Malvinas.

Nestor Kirchner declarou que a integração regional era indissociável da política externa argentina, iniciativa que pode ser relacionada com a estratégia de autonomia defendida por Puig (1986), para o qual a integração deve ser entendida como nova forma de poder e confrontação de ordenamentos antes impostos. Com Lula da Silva o Brasil prezou por “autonomia pela diversificação” procurando aumentar as relações Sul-Sul, fomentar o protagonismo internacional do país e consolidar mudanças de programa na política externa (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Desde o Consenso de Buenos Aires (2003), Brasil e Argentina tentaram manter as boas relações. O Brasil consolidava-se como maior economia e a Argentina diversificava seus laços com EUA e Venezuela. Mas a parceria bilateral dos dois países sempre foi mantida. No âmbito regional, a criação do Parlasul e do FOCEM foi reflexo do “Plano de Trabalho 2004-2006” proposto por Lula e Kirchner (VÁSQUEZ; BRICEÑO RUIZ, 2009), denotando que a aproximação entre as políticas externas dos dois países tornou-se evidente na década de 2000.

Contudo, mesmo com tal posicionamento e estímulo a uma nova agenda nas relações nacionais e regionais, um dos traços mais marcantes e caracterizadores das políticas externas de Brasil e Argentina ao longo do universo temporal aqui retratado é a manutenção da soberania nacional e tradicional no processo decisório dos países. Bernal-Meza (1999) aponta que o presidencialismo vigorou como traço fundamental nesses países para a institucionalização do Mercosul nos anos de 1980. Winand (2000b apud SARAIVA, 2012) salienta que no pós-Guerra Fria não passava pelas diretrizes da política externa brasileira a ideia de “partilha da soberania”, sendo que a mesma continuada a ter um caráter, de acordo com a Argentina, realista e calcado na soberania nacional. Vásquez e Briceño Ruiz (2009) discorrem que os chamados fortes nacionalismos ou corporativismos acabaram transformados em propostas institucionais limitadas e bloqueadoras do aprofundamento da integração.

No caso brasileiro, a chegada de Lula ao poder evidenciou forte pluralização de atores da agenda de política externa, algo que foi acompanhado por Néstor Kirchner e Cristina Fernández Kirchner em decorrência da já citada aproximação bilateral entre os governantes, pois na década de 2000 os dois países



convocaram atores públicos e privados, locais e regionais para o debate, mas em última instância as decisões finais ainda ficaram a cargo dos poderes tradicionais.

### ***O nível interno (subnacional e doméstico)***

Os níveis subnacional e doméstico não são idênticos e suas diferenciações primordiais constam no Quadro 1 na introdução do presente artigo. Todavia, de semelhança ambos carregam a característica de comporem o nível interno ao Estado, pois os atores subnacionais são partes constituintes do próprio Estado (BUENO, 2010) e os atores domésticos são fontes de mudança em matéria de política externa (LIMA, 1994), *a priori* diretriz do nível nacional.

Como reflexo da descentralização e reestruturação dos poderes dos Estados, algo que Keating (2004) denomina de “reinvenção do território”, se os anos de 1980 foram período de emergência, a década de 1990 foi o período de intensificação de atuação de novos atores no Sistema Internacional, principalmente os subnacionais (cidades, municípios, estados federados, departamentos, regiões, etc.) e os domésticos (poderes executivo e legislativo, burocracias, grupos de interesse, elites, partidos políticos, etc.). Por sua vez, é a noção de soberania clássica que adquire novas vertentes e é contestada.

Nos casos do Brasil e da Argentina, dois marcos jurídicos de mudança na política interna merecem destaque, quais sejam a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988 e a Reforma Constitucional Argentina de 1994. Com a primeira, municípios e estados brasileiros foram elevados à condição de entes federativos e começou a entrar em voga a capacidade dos mesmos atuarem de maneira descentralizada internacionalmente. Por sua vez, na reforma argentina foram revisados quarenta e quatro artigos apresentando um sistema político mais descentralizado a exemplo da capacidade das províncias celebrarem tratados que não sejam incompatíveis com as diretrizes da política externa do país (DALLA VIA, 2004).

As atividades paradiplomáticas contaram, de tal sorte, com dois mecanismos jurídicos de maior sustentação empírica à projeção externa subnacional. Na década de 1990 o poder municipal ganhou intensa pró-atividade no Brasil, enquanto as províncias argentinas caminharam na mesma direção. O surgimento da primeira Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI) “[...] com o objetivo de estabelecer parcerias internacionais a partir da institucionalização da atividade nas prefeituras, de modo a maximizar as possibilidades oferecidas pelo cenário internacional” (LAISNER, 2014, p. 03) data de 1993 em terras brasileiras. Outrossim, foi a partir de 1991 que as províncias argentinas começaram a apresentar áreas institucionais dedicadas à internacionalização (PAIKIN, 2010).

Nesse sentido, de mais emblemático encontra-se a geração da Rede de Cidades do Mercosul, as Mercocidades, em 1995. Ela iniciou a participação dos governos locais no Mercosul e objetivou articular



um espaço de discussão e troca de experiências entre gestores públicos. A Rede representou o início do processo de influência subnacional no bloco e contribuiu para o surgimento do FCCR.

Criado em 2004, mas iniciando suas atividades em 2007, o FCCR é o órgão de representação dos governos locais dos Estados membros do Mercosul. Conta com mais de uma centena de gestores públicos, prefeitos e governadores, promove debates de temas como integração produtiva, integração fronteiriça e cidadania regional e serve como mecanismo de diálogo para a construção de um discurso em comum para que os atores subnacionais barganhem por maior voz perante o bloco regional e seus Estados nacionais.

O aparecimento do FCCR em plena década de 2000 marca um período apontado por Cornago Prieto (2010) como sendo de transformação da diplomacia clássica calcada na formação do Estado Moderno. Segundo o autor, a diplomacia parece estar em um dilema entre sua obsolescência e sua reinvenção, sendo esta última a que oferta abertura de influência para a atuação de outros atores e vozes em política externa. Deste modo, a Paradiplomacia deve ser vista não como um problema para a diplomacia tradicional, mas sim como uma das facetas de sua pluralidade, pois os anos 2000 marcaram um período de cooperação e comum acordo entre governos nacionais e subnacionais (RUSSELL, 2010).

Todavia, na prática o ordenamento intergovernamental do Mercosul e a continuação da centralização de poder como traço característico dos países da região, com ênfase para o Brasil e a Argentina, acaba comprometendo a atuação do FCCR. Vale destacar que no que tange à Paradiplomacia, o estabelecimento de comunidades epistêmicas fortaleceu a cooperação descentralizada brasileira naqueles anos, porque geraram a criação de estruturas de participação de gestores municipais – a exemplo das citadas SMRI –, de funcionários de organizações internacionais e acadêmicos (SALOMÓN, 2012), além de estimularem o estabelecimento de maiores laços bilaterais com a Argentina.

Considerando Vigevani et al (2008, p. 19), é claro que os níveis regional e nacional estabelecem certas delimitações à atuação subnacional e doméstica, só que se deve considerar que as dificuldades na integração não podem ser atribuídas somente aos governos. Por exemplo, há na sociedade brasileira interesses reduzidos e muitas vezes contrários ao aprofundamento do Mercosul. Em certa medida o bloco permaneceu hermético, visto que a sociedade civil não conseguiu mudar sua estrutura institucional e decisória (VÁSQUEZ; BRICEÑO RUIZ, 2009) ainda calcada nos promotores iniciais da integração, quais sejam os governos nacionais e o empresariado.

Em definitivo, a participação subnacional no Mercosul e sua influência para com os governos centrais parece seguir uma lógica clara por maior poder de voz e maiores meios de barganha para angariar recursos. Já a participação doméstica inclina-se para outro patamar de divergência, ora com apoiadores da



descentralização da política externa e da integração (partidos políticos e comunidades epistêmicas), ora com indiferença (sociedade civil) e ora com manutenção do *status quo* (elites e empresariado). Características como permanência do caráter nacionalista e centralizador, intergovernamentalismo, forte presidencialismo e proeminência dos poderes executivos não retiram o mérito da década de 2000 ter sido palco de intensa pluralização das políticas exteriores do Brasil e da Argentina, mas fazem com que atualmente seja um momento de dúvidas e incertezas quanto ao futuro do nível interno na busca por influência perante os tomadores de decisão.

### Considerações finais

Considerando o universo temporal (1980-2016), além da seara internacional, o aspecto regional centrou-se no Mercosul, a arena nacional focou-se nas políticas externas do Brasil e da Argentina, enquanto os atores internos, subnacionais e domésticos, seguiram a mesma direção e se apresentaram sob o viés do bloco regional e dos dois países.

Como primeira consideração final, apresenta-se o Quadro 2 logo abaixo como resumo geral da cronologia temporal em relação ao universo temporal de análise dos níveis:

**Quadro 2 – Os níveis de análise e a cronologia temporal (décadas de 1980 a 2010)**

	Internacional	Regional	Nacional	Subnacional/ Doméstico
1980	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Retomada do bipolarismo e esvaziamento dos fóruns multilaterais (SARAIVA, 2012)</li> <li>- Queda do Muro de Berlim (1989);</li> <li>- Guerra das Malvinas (1982);</li> <li>- Consenso de Washington (1989).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reflexo do Acordo Tripartite (1979);</li> <li>- Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (1989);</li> <li>- Programa de Integração e Cooperação Econômica (1986);</li> <li>- Aproximação bilateral entre Brasil e Argentina como motor da integração no Cone Sul.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Redemocratização na Argentina e no Brasil em 1983 e 1985;</li> <li>- Hiperinflação argentina e crise desenvolvimentista brasileira;</li> <li>- Início da política externa argentina recente (pós 1989);</li> <li>- Aproximação e cooperação bilateral entre Brasil e Argentina.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Início do debate de globalismo e neomedievalismo e incorporação do nível subestatal nas Relações Internacionais (RUSSELL, 2010);</li> <li>- Início da projeção internacional dos atores subnacionais e aumento dos trabalhos acadêmicos na área.</li> </ul>



1990	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Queda da URSS (1991);</li> <li>- Nova agenda internacional;</li> <li>- Hegemonia dos EUA;</li> <li>- Criação da OMC, UE e Mercosul;</li> <li>- Intensificação da Globalização Econômica e Política.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação do Mercosul através do Tratado de Assunção (1991);</li> <li>- Consolidação da integração intergovernamental (HIRST, 1996);</li> <li>- “Regionalismo Aberto” como consequência do neoliberalismo dos anos 90.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Início da Diplomacia Presidencial no Brasil (CASON; POWER, 2009);</li> <li>- Novos rumos das políticas externas com Collor e Menem;</li> <li>- Desvalorização do Real (1999)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Surgimento do conceito de paradiplomacia (SOLDATOS, 1990);</li> <li>- Aumento da atividade internacional de municípios brasileiros e províncias argentinas;</li> <li>- Criação das Mercocidades (1995).</li> </ul>
2000	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 11 de setembro de 2001 que marcou o unilateralismo dos EUA (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007);</li> <li>- Crise de 2008 e surgimento dos BRICS (CHRISTENSEN, 2013);</li> <li>- Fim da ALCA;</li> <li>- Surgimento da Cooperação Sul-Sul (IBAS e G-20).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação da CASA e, posteriormente, da UNASUL e da ALBA;</li> <li>- Manutenção da América do Sul e da integração como prioridade do Brasil (PECEQUILO; CARMO, 215);</li> <li>- Nova Agenda e/ou Agenda Não-Econômica do Mercosul (VAZ; FIGUEIRA, 2006);</li> <li>- “Regionalismo Pós-Liberal” (SERBIN, 2010).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crise na Argentina (2001);</li> <li>- Autonomia como traço marcante das políticas externas (VIDIGAL, 2010);</li> <li>- Consenso de Buenos Aires (2003);</li> <li>- “Soft Revisionism” da política externa brasileira (LIMA, 2010 apud GRATIUS; SARAIVA, 2013);</li> <li>- Aproximação entre Lula e Kirchner;</li> <li>- Retomada da soberania nacional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Transformação da diplomacia tradicional que possibilita a incorporação de outros atores e vozes na política externa (CORNAGO PRIETO, 2010);</li> <li>- Criação do FCCR (2004);</li> <li>- Aumento da participação doméstica (partidos políticos e comunidades epistêmicas) na política externa brasileira.</li> </ul>
2010	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desaceleração da economia mundial e defasagem dos BRICS;</li> <li>- Aumento de ataques terroristas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Encolhimento do Brasil como condutor do regionalismo sul-americano;</li> <li>- “Regionalismo Anárquico” (HIRST 2009 apud SERBIN, 2010);</li> <li>- Criação da Aliança do Pacífico (2012) e da Parceria Transpácífica (2015).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manutenção da política externa de Lula por Dilma Rousseff (GRATIUS SARAIVA, 2013);</li> <li>- Manutenção do eixo “Washington-Caracas-Brasília” na política externa argentina durante o governo de Cristina Kirchner.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Momento de relativa incerteza para os atores subnacionais e domésticos.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria

Finalmente, ressalta-se a menção dada ao nível interno na atualidade, ou seja, no último quadrante à direita do quadro representando a década de 2010: “momento de relativa incerteza para os atores subnacionais e domésticos”. Análises acadêmicas do tempo presente são sempre mais difíceis de serem realizadas em virtude da efemeridade dos fatos, por isso aqui permanece mais a dúvida do que a certeza em alusão a esse aspecto em meio à relação doméstico-internacional.

Em primeiro lugar, o Sistema Internacional encontra-se com a economia em desaceleração em virtude dos reflexos da crise de 2008 e do relativo enfraquecimento de algumas economias emergentes como a China. A respeito do nível regional, a América do Sul passa por um período denominado por



Hirst (2009 apud SERBIN, 2010) de “Regionalismo Anárquico”, cuja principal característica é a recusa à construção de instituições efetivas, sólidas e sustentáveis. Talvez o maior exemplo desse cenário seja a inflexibilidade pela qual passa o Mercosul e o estabelecimento de outros blocos regionais como a Aliança do Pacífico em 2012 e da Parceria Transpacífica em 2015 que têm como nuances um viés mais comercial e voltado às economias emergentes do Oceano Pacífico. O “Regionalismo Aberto” parece ser retomado em contraste ao neodesenvolvimentismo (MENEZES; MARIANO, 2016).

Em terceiro lugar, o encolhimento da política externa de Dilma Rousseff como condutora do regionalismo sul-americano (PECEQUILO; CARMO, 2015) e o conturbado cenário interno marcado pela chegada ao poder de Michel Temer promoveram ainda mais interrogações no papel do Brasil como *paymaster* regional. Na Argentina, o fim dos governos de Nestor e Cristina Fernandez Kirchner e vitória de Maurício Macri parece inverter algumas diretrizes da política externa do país.

É evidente que o intergovernamentalismo mercosulino e a permanência de aspectos centralizadores e soberanos dos Estados acabam por retardar avanços na inserção internacional dos atores subnacionais e na participação nacional dos atores domésticos. Entretanto, além de se relacionarem, os níveis de análises são interdependentes e mudanças em determinado aspecto acabam gerando reflexos em outros. Logo, se a conjuntura atual emana incertezas nos níveis internacional, regional e nacional, o interno não foge à regra.

Dito isso, cabe sobrelevar que trajetórias de décadas anteriores, com destaque inicial para os anos de 1990 e em grande medida os anos 2000, foram marcadas por aspectos mais propositivos ao avanço do nível interno em termos de projeção internacional e participação nas diretrizes de política externa. Em outras palavras, o surgimento dos BRICS e da Cooperação Sul-Sul, a inclusão de novos temas na agenda do Mercosul, a criação de outros blocos regionais e a forte aproximação entre as políticas externas brasileira e argentina foram fatores convergentes ao aumento da inserção internacional dos atores subnacionais. Outrossim, afirma-se que, considerando a relação doméstico-internacional e o histórico cronológico esboçados anteriormente, a atual década e o ano de 2016 não suscitam parâmetros proativos e dinâmicos para o avanço das demandas de atores internos no Sistema Internacional.

## Referências

- AMORIM NETO, Octavio. **De Dutra a Lula: a condução e os determinantes da política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- ARBILLA, José Maria. Arranjos Institucionais e Mudança Conceitual nas Políticas Externas Argentina e Brasileira (1989-1994). **Contexto Internacional**, v. 22, n. 2, julho/dezembro 2000, pp. 337-385.





- BERNAL-MEZA, Raúl. Políticas Exteriores Comparadas de Brasil e Argentina rumo ao Mercosul. **RBPI**, 42 (2), 1999, pp. 40-51.
- BUENO, Ironildes. **Paradiplomacia contemporânea**: trajetórias e tendências da atuação internacional dos governos estaduais do Brasil e EUA. 2010. Tese Doutorado em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.
- CASON, Jeffrey W.; POWER, Timothy J. Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era. **International Political Science Review**, v. 30, n. 2, 2009, pp. 117-140.
- CHRISTENSEN, Steen Fryba. Brazil's Foreign Policy Priorities. **Third World Quarterly**, 34(2), 2013, pp. 271-286.
- CORNAGO PRIETO, Noé. La descentralización como elemento de innovación diplomática: aproximación a sus causas estructurales y lógicas de acción. In: MAIRA, Luiz (Ed.) **La política internacional subnacional en América Latina**. 1ª Ed, Buenos Aires: Libros Del Zorzal, 2010) pp. 107-134.
- DALLA VIA, Alberto Ricardo. El marco jurídico e institucional para la gestión internacional de los actores subnacionales gubernamentales en Argentina. **Revista Integración & Comércio**, n. 21, 2004, pp. 11-26.
- GRATIUS, S; SARAIVA, M. G. Continentam Regionalism: Brazil's Prominent Role in the Americas. **CEPS Working Document**, n. 374, feb. 2013, pp. 01-13.
- HERMANN, Charles F. Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**, v. 34, n. 1, p. 3-21, 1990.
- HIRST, Monica. La dimensión política del Mercosur: actores, politización y ideología. **Estudios Avanzados**, 10 (27), 1996, pp. 217-250.
- HIRST, Monica. O Programa de Integração Argentina-Brasil: concepção original e ajustes recentes. In: VEIGA, Pedro de M. (Org). **Cone Sul: A Economia Política da Integração**. RJ: FUNCEX, 1991.
- KEATING, Michael. Regiones y asuntos internacionales: motivos, oportunidades y estrategias. In: VIGEVANI, Tullo et al. **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC : Ed. UNESP : Ed. FAPESP : EDUSC, 2004.
- LAISNER, Regina Claudia. O "empoderamento" dos governos locais e a constituição das Secretarias Municipais de Relações Internacionais (SMRI): um mapeamento no Brasil. **Relatório Científico de Pesquisa**. Franca, SP: UNESP, 2014.
- LIMA, Maria Regina Soares de. Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña. **América Latina/Internacional**, v. 1, n. 2, outono-inverno 1994.
- MATTLI, Walter. **The Logic of Regional Integration: Europe and beyond**. Cambridge University Press, 1999.
- MENEZES, Roberto Goulart; MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. O Brasil e a trajetória recente da integração sul-americana 2008-2015: liderança, competição e novos rumos. **Anais do 10º Encontro da ABCP**, Belo Horizonte, MG, 2016.
- MILNER, Helen. Rationalizing politics: the emerging synthesis of international, American and comparative politics. **International Organization**, 52, 4, Autumn 1998.
- MORAVCSIK, Andrew. Introduction: International and Domestic Theories of International Bargaining. In: EVANS, Peter; JACOBSON, Harold; PUTNAM, Robert (Eds.). **Double-Edged Diplomacy**. International Bargaining and Domestic Politics. London: University of California Press, 1993, pp. 3-42.
- ODDONE, Nahuel; VÁSQUEZ, Horacio. Cross-border cooperation in Latin America. In: PRADO, Henrique Sartori; ESPÓSITO NETO, Tomaz. (Orgs) **Fronteiras e relações internacionais**. Curitiba: Ithala, 2015, pp. 83-99.



- PAIKIN, Damián. **Integración Regional y nuevos pactos federales**. El rol de los gobiernos subnacionales en el MERCOSUR. 2010. Tese de Doutorado, Buenos Aires, Argentina, 2010.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu; CARMO, Corival Alves do. **O Brasil e a América do Sul**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.
- PUIG, Juan Carlos. Integración y Autonomía en América Latina en las postrimerías siglo XX. **Integración Latinoamericana**, T.11, N° 109, Instituto de Integración Latinoamericana, 1986, pp. 40- 62.
- PUTNAM, Robert. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. **International Organization**, v. 42, n. 03, 1988.
- RIGGIROZZI, Pía. Re-territorializando consensos: Hacia un regionalismo post-hegemónico en América Latina in: SERBÍN, A; MARTÍNEZ, L.; RAMANZINI JR, H. **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe**, CRIES, Costa Rica, 2012, pp. 129-152.
- RUSSELL, Roberto. El Estado Nación y los actores gubernamentales no centrales: una relación complementaria. In: MAIRA, Luiz (Ed.) **La política internacional subnacional en América Latina**. 1ª Ed, Buenos Aires: Libros Del Zorzal, 2010) pp. 83-106.
- SALOMÓN, Mônica. Em que medida é possível integrar a Cooperação Descentralizada na dimensão Sul-Sul da política externa brasileira? **Mural Internacional**, ano III, n. 2, dez. 2012, pp. 09-15.
- SALOMÓN, Mônica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **RBPI**, 56 (1), 2013, pp. 40-59.
- SARAIVA, Miriam Gomes. **Encontros e Desencontros**. O lugar da Argentina na política externa brasileira. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.
- SERBIN, Andrés. Regionalismo y soberanía nacional en América Latina: los nuevos desafíos. **Documentos CRIES/Nueva Sociedad**, n. 15, Buenos Aires, sep. 2010.
- SOLDATOS, Panayotis. An explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy actors. In: MICHELMANN, Hans; SOLDATOS, Panayotis. **Federalism and international relations**. The role of subnational units. United Kingdom: Oxford University Press, 1990.
- VÁSQUEZ, Mariana; BRICEÑO RUIZ, José. O Mercosul na época de Lula e Kirchner: um balanço, seis anos depois. **Nueva Sociedad (NUSO em português)**, dezembro de 2009, pp. 33-48.
- VAZ, Alcides Costa; FIGUEIRA, Marco Aurélio Belmont. **A agenda não econômica do Mercosul: aportes para a integração?**. Núcleo Estratégico do Mercosul. Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), Fevereiro 2006, pp. 04-24.
- VIDIGAL, Carlos Eduardo. O Cone Sul no século XXI. In: CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (Org). **História do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Revan, 2015, pp. 317-375.
- VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, jul./dez. 2007, pp. 273-335.
- VIGEVANI, Tullo et al. O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites. **RBPI**, 51 (1), 2008, pp. 05-27.